



5º Simulado Especial

TSE Unificado

Analista Judiciário - Área Judiciária
Pós-Edital

Simulado

5º Simulado Especial TSE (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária** do TSE;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/v96mFP7WQw5k4JkRA>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Depy>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1*****Dia do Trabalho***

Em abril de 1886, eclodiram nos Estados Unidos diversas greves, nas quais os operários reivindicavam jornada de trabalho de oito horas diárias. Essa reivindicação baseava-se em um raciocínio muito simples: se o dia tem 24 horas, deveria ser dividido logicamente em três partes de oito horas – uma para o trabalho, outra para descanso e lazer e outra para o estudo.

Em 1º de maio do mesmo ano, milhares de trabalhadores de Chicago iniciaram uma greve geral. Três dias depois, a praça Haymarket, na cidade, foi ocupada por operários anarquistas reunidos em um grande comício para protestar contra a morte de grevistas na porta de uma fábrica no dia anterior. Quase no fim da manifestação, a polícia ordenou que os operários abandonassem imediatamente a praça. Nesse momento uma bomba foi atirada na direção dos policiais, matando um deles e ferindo vários outros. Seguiu-se um tiroteio, no qual foram mortos vários manifestantes.

Os anarquistas foram acusados de atirar a bomba, o que motivou uma grande campanha na imprensa para reprimir o movimento. Alguns dias depois, oito líderes foram presos e julgados rapidamente. Sete deles foram condenados à morte sem provas conclusivas sobre seu envolvimento no atentado. Ao final do processo, dois condenados à morte tiveram a pena transformada em prisão perpétua, um se suicidou na prisão e quatro foram enforcados em praça pública.

Esses manifestantes passaram a ser lembrados como os “mártires de Chicago”. Em homenagem a eles, a partir de 1890 correntes ideológicas do movimento operário internacional e organizações sindicais passaram a comemorar em 1º de maio o Dia do Trabalho, realizando grandes manifestações em todo o mundo, exceto nos Estados Unidos. Curiosamente, no país onde ocorreu o massacre de Chicago, o Dia do Trabalho é comemorado oficialmente na primeira segunda-feira de setembro, desde 1894.

(Marcos Napolitano e Mariana Villaça)

01. Dada a apresentação de fatos, acontecimentos e personagens, o texto é predominantemente narrativo.
02. Segundo o texto, o tiroteio foi causado pelo despreparo dos policiais diante de manifestações públicas.
03. Infere-se que a proposta de divisão do dia apresentada pelos operários em 1886 leva em consideração o fato de que o trabalhador necessita de tempo livre para si mesmo.
04. Uma das reivindicações da greve geral iniciada pelos trabalhadores de Chicago era o aumento da remuneração por horas trabalhadas.
05. Conclui-se do emprego do advérbio “rapidamente”, no terceiro parágrafo, que os autores fazem uma crítica ao trabalho do judiciário.
06. A campanha da imprensa para sufocar o movimento dos grevistas foi consequência de os anarquistas serem responsabilizados pelo ataque que resultou na morte dos policiais.
07. No primeiro período do texto, o termo “diversas greves” exerce a função de objeto direto.
08. Estaria mantida a correção gramatical do primeiro parágrafo caso a partícula “se”, em “baseava-se”, fosse deslocada para a posição proclítica — se baseava.
09. No trecho do primeiro parágrafo “três partes de oito horas – uma para o trabalho, outra para descanso e lazer e outra para o estudo”, a substituição do travessão pelo sinal de dois-pontos prejudicaria a correção gramatical do texto.

10. O vocábulo “uma” e as duas ocorrências do vocábulo “outra”, no trecho do primeiro parágrafo “uma para o trabalho, outra para descanso e lazer e outra para o estudo”, referem-se a “horas”.
11. No segundo parágrafo, as expressões “na porta de uma fábrica” e “no dia anterior” exercem a mesma função sintática.
12. A eliminação da vírgula, no trecho “Quase no fim da manifestação, a polícia ordenou...” (2º parágrafo), causaria incorreção gramatical no texto, visto que é obrigatório o emprego de vírgula nesse caso para isolar oração adverbial antecipada à principal.
13. Seria gramaticalmente correto inserir uma vírgula logo após “momento”, no trecho “Nesse momento uma bomba foi atirada...” (2º parágrafo).
14. No trecho do segundo parágrafo “Seguiu-se um tiroteio, no qual foram mortos vários manifestantes”, estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do período caso se substituísse “no qual” por “aonde”.
15. O emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” presente no trecho “tiveram a pena” (3º parágrafo) manteria a correção gramatical do texto e garantiria o paralelismo sintático do período em face do segmento “condenados à morte”.
16. No quarto parágrafo, no trecho “movimento operário internacional e organizações sindicais”, o vocábulo “sindicais” se refere a “movimento” e “organizações”.
17. Classifica-se como pronome relativo o vocábulo “que” em “que os operários abandonassem imediatamente a praça” (2º parágrafo) e “que motivou uma grande campanha” (3º parágrafo).

18. A coerência textual seria prejudicada caso se substituísse a forma verbal “foi”, em “foi ocupada por operários”, no segundo parágrafo, por “fora”.

19. Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do primeiro período do segundo parágrafo, caso se deslocasse o segmento “Em 1º de maio do mesmo ano” para o final do período, da seguinte forma: Milhares de trabalhadores de Chicago iniciaram uma greve geral, em 1º de maio do mesmo ano.

TEXTO 2

No mundo, há diversas sociedades. Cada uma delas é composta por diversas culturas, com valores e crenças específicos. E mesmo dentro de um grupo há diversidade, considerando a individualidade de cada ser humano. Portanto, é natural que pessoas tenham opiniões diferentes entre si.

“A verdade é subjetiva porque cada pessoa constrói a sua de um jeito”, explica a antropóloga e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia Carmen Rial. “Além do grupo cultural, a classe social, a escolaridade, o gênero e a educação fazem com que cada pessoa veja o mundo de uma forma particular”.

Apesar de a Constituição Federal legalizar a manifestação do pensamento – considerando a democracia que se vive no Brasil – é possível observar uma onda de desrespeito a opiniões opostas.

“Mas este não é só um problema nacional, e sim mundial. Um grande desafio humano”, aponta o psicólogo transpessoal José Luís Morado. “Não levar a opinião do outro em consideração já deu origem a muitas guerras, e apesar de melhorarmos enquanto civilização, ainda precisamos resolver este problema”.

Imprescindível para a vida em sociedade, saber respeitar opiniões divergentes é o primeiro passo para melhorias individuais e sociais. É comum e saudável, em conversas no cotidiano, ouvir afirmações e não concordar com elas. O problema existe quando não se respeita o que é dito ou quem o diz, justamente por dizê-lo.

SANTOS, Rayane. Em meio à pluralidade de ideias, o diálogo só é possível quando se assume que não há uma verdade única e absoluta sobre nada.

Jornal do Trem, 20 mar.2015. Disponível em: jornaldotrem.com.br/capa/aolidar-com-a-opinioao-alheia-e-possivel-discordar-sem-desrespeitar-ninguem/. Adaptado.

20. No que diz respeito à tipologia textual, trata-se de um texto predominantemente argumentativo.
21. Infere-se do texto que não existe uma verdade única e definitiva.
22. Deduz-se das informações do texto que respeitar as opiniões alheias é não tentar fazer com que o outro assuma a mesma opinião que a sua.
23. Segundo o texto, é inevitável que as diferenças entre as pessoas promovam problemas sociais, políticos e econômicos.
24. Conclui-se do texto que a Constituição Federal é falha porque autoriza o desrespeito às opiniões opostas.
25. Os vocábulos “Imprescindível” e “dizê-lo” são acentuados pelo mesmo motivo.
26. Caso o vocábulo “específicos”, no trecho do primeiro parágrafo “com valores e crenças específicos”, fosse flexionado no feminino — específicas —, a correção gramatical do texto seria mantida.
27. No trecho “cada pessoa constrói a sua de um jeito”, no segundo parágrafo, há elipse do vocábulo “verdade”.
28. A forma verbal “fazem”, no trecho do segundo parágrafo ‘o gênero e a educação fazem’, está flexionada na terceira pessoa do plural porque concorda com os termos “gênero” e “educação”, que são os núcleos do sujeito composto.
29. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam mantidos caso o termo “há”, no trecho “há diversas sociedades” (primeiro parágrafo) fosse substituído por existe.
30. O sentido e a correção gramatical do texto seriam preservados caso a locução “Apesar de”, empregada no trecho “Apesar de a Constituição Federal legalizar” (terceiro parágrafo), fosse substituída por “Não obstante”.
31. Seria mantida a correção gramatical, mas alteraria os sentidos do texto, caso o termo “a”, no trecho “desrespeito a opiniões opostas” (terceiro parágrafo), fosse substituído por às — desrespeito às opiniões opostas.
32. No trecho do quarto parágrafo, “Não levar a opinião do outro em consideração já deu origem a muitas guerras”, a flexão na terceira pessoa do singular da forma verbal “deu” justifica-se pela sua concordância com “opinião”.
33. No trecho do último parágrafo, “É comum e saudável, em conversas no cotidiano, ouvir afirmações e não concordar com elas”, a forma pronominal “elas” retoma “conversas”.
34. A vírgula no trecho do quarto parágrafo “Mas este não é só um problema nacional, e sim mundial” é facultativa.
35. Nos trechos “que se vive” (terceiro parágrafo) e “não se respeita” (último parágrafo), o vocábulo “se” tem a mesma classificação em ambas as ocorrências.
36. Nos trechos do terceiro parágrafo “manifestação do pensamento” e “onda de desrespeito”, os termos sublinhados possuem funções sintáticas distintas.

TEXTO 3

Carregamos dentro de nós, latente mas sempre atuante, o impulso de morte. A religião, a moral, a educação, o trabalho civilizatório foram os meios que desenvolvemos para pôr sob controle esses demônios que nos habitam. Mas essas instâncias não detêm uma força que possa submeter tais impulsos às regras de uma civilização que procura resolver os problemas humanos com acordos e não com o recurso da violência.

Cumpramos reconhecer que vigora em nós ainda muita barbárie. Não diria animalidade, pois os animais se regem por impulsos instintivos de preservação da vida e da espécie. Em nós esses impulsos perduram, mas temos condições de conscientizá-los, canalizá-los para tarefas dignas, através de sublimações não destrutivas, como Freud e, recentemente, o filósofo René Girard com seu “desejo mimético” positivo tanto insistiram.

Mas ambos se dão conta do caráter misterioso e desafiante da persistência desse lado sombrio (pulsão de morte em dialética com a pulsão de vida) que dramatiza a condição humana e pode levar a fatos irracionais e criminosos como o linchamento de uma pessoa inocente.

Leonardo Boff. 19/05/2014. Fragmento Adaptado. Disponível em <http://leonardoboff.wordpress.com/2014/05/19/quanto-de-barbarie-existe-aindadentro-de-nos/>

37. Infere-se do texto que é necessário controlar o impulso de morte, ainda que ele seja algo essencialmente humano.
38. O autor estabelece uma oposição entre humanos e animais, ao dizer que, ao contrário destes, os humanos não têm instinto de preservação da espécie.
39. Com base nas informações do texto, é possível afirmar que o lado sombrio dos humanos é necessário para a vida em sociedade.
40. No último parágrafo, o “linchamento de uma pessoa inocente” é usado para exemplificar um fato irracional que pode ser fruto da “pulsão de morte”.

41. No segundo parágrafo, o vocábulo “dignas”, no trecho “canalizá-los para tarefas dignas”, é empregado com o mesmo sentido de “grandiosas”.
42. No primeiro parágrafo, o segmento “essas instâncias” refere-se a todo o período anterior.
43. No segundo parágrafo, no trecho “pois os animais se regem por impulsos instintivos”, o vocábulo “pois” tem sentido causa, podendo ser substituído por “uma vez que”.
44. O tempo verbal em que se encontra flexionada a forma verbal “diria”, no trecho do segundo parágrafo “Não diria animalidade”, indica uma incerteza.
45. No último período do primeiro parágrafo, o vocábulo “humanos” está empregado como substantivo.

TEXTO 4

“A família foi pouco a pouco chegando. Os que vieram de Olaria estavam muito bem vestidos porque a visita significava ao mesmo tempo um passeio a Copacabana. A nora de Olaria apareceu de azul-marinho, com enfeites de paetês e um drapejado disfarçando a barriga sem cinta. O marido não veio por razões óbvias: não queria ver os irmãos. Mas mandara sua mulher para que nem todos os laços fossem cortados – e esta vinha com o seu melhor vestido para mostrar que não precisava de nenhum deles, acompanhada dos três filhos: duas meninas, já de peito nascendo, infantilizadas em babados cor-de-rosa e anáguas engomadas e o menino acovardado pelo terno novo e pela gravata.”

Clarice Lispector. In: *Laços de Família*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. Fragmento.

46. No trecho “O marido não veio por razões óbvias: não queria ver os irmãos”, os dois-pontos são empregados para introduzir um esclarecimento.

47. Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso o segmento “Os que vieram de Olaria” fosse reescrito da seguinte forma: Aqueles que vieram de Olaria.
48. No trecho “anágua engomada e o menino acovardado”, a inserção de vírgula imediatamente após “engomada” prejudicaria a correção gramatical do texto.
49. No trecho “não queria ver os irmãos” a forma verbal “queria” indica um desejo.
50. Estariam preservadas a correção gramatical e as ideias originais do texto caso o segmento “disfarçando a barriga sem cinta” fosse reescrito da seguinte forma: para disfarçar a barriga sem cinta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

Tomando por base os preceitos normativos relacionados às contratações públicas, julgue os itens a seguir.

51. As contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual podem ser realizadas por inexigibilidade de licitação, sendo obrigatória a comprovação de notória especialização.
52. É cabível a adoção do “maior retorno econômico” nos certames licitatórios, sendo este aplicável exclusivamente para a contratação de serviços técnicos especializados de consultoria.

53. É possível a indicação de marca em contratos de compras, nas hipóteses em que uma marca comercializada por mais de um fornecedor for a única capaz de atender às necessidades da Administração.

54. Um dos princípios expressos na Lei 14.133/2021 é o da celeridade, que autoriza descumprimentos da lei desde que resulte em eficiência nas compras públicas.

55. Ao final do processo licitatório, a autoridade superior poderá anular a licitação, de ofício ou mediante provocação, caso seu objeto não afigure mais conveniente.

Tomando por base os preceitos normativos relacionados ao controle e responsabilização do poder público, julgue os itens a seguir.

56. Suponha que determinada entidade privada organizou o concurso público de um tribunal federal. Naquele certame, os exames foram cancelados por indícios de fraude, ocasionando danos materiais aos candidatos. Neste caso, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a matéria, é correto afirmar que a União responderá subsidiariamente pelos danos materiais causados, no caso de a entidade privada se tornar insolvente.

57. O controle que o Poder Judiciário exerce sobre a atuação típica do Poder Executivo não decorre da autotutela.

58. O legislador infraconstitucional pode criar modalidade de controle externo não prevista 58, desde que recorra à lei complementar.

59. Em geral, o Estado não responde civilmente por danos causados por usurpadores de função pública.

60. Uma excludente de ilicitude penal é causa excludente da responsabilidade civil do Estado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

A respeito da aplicabilidade das normas, dos princípios fundamentais e dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir:

61. Possui aplicabilidade imediata a norma que estabelece a inelegibilidade reflexa do cônjuge e dos parentes consanguíneos, afins ou por adoção dos prefeitos, governadores e do Presidente da República.

62. A partir do sistema presidencialista de governo, expressamente adotado pela Constituição de 1988 como cláusula pétrea, conclui-se que o Presidente da República atua como chefe de governo, embora não exerça as funções de chefe de Estado.

63. O plebiscito e o referendo são dois institutos da democracia semidireta que consistem em consultas à população, e que podem ser realizados concomitantemente com as eleições municipais.

64. Nas hipóteses de condenação penal transitada em julgado, incide a suspensão dos direitos políticos, ainda que a condenação se limite à imposição de pena restritiva de direitos.

Com relação à Organização do Estado e dos Poderes, julgue os itens a seguir:

65. É vedada a edição de medida provisória sobre direito eleitoral, ainda que se trate de tema relevante e urgente.

66. Compete à Justiça Comum (estadual ou federal, conforme o caso) processar e julgar os crimes comuns que tenham sido cometidos de forma conexa com crimes eleitorais.

67. A competência da União para legislar sobre direito processual pode ser delegada aos Estados e ao Distrito Federal por meio da edição de lei ordinária específica.

68. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral que forem acusados pela prática de crimes comuns.

69. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar as ações movidas contra o Conselho Nacional de Justiça, ainda que não se trate de remédios constitucionais.

70. Incumbe ao Ministério Público a defesa do ordenamento jurídico, do regime democrático, bem como a defesa judicial de entidades públicas.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

71. Julgue o item a seguir, com base na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

Embora exista independência entre as instâncias cível-eleitoral e criminal, a improcedência da AIJE impede necessariamente a condenação em ação penal sobre os mesmos fatos.

72. Julgue o próximo item de acordo com o disposto na Lei n.º 9.504/1997.

Qualquer eleitor poderá realizar gastos, em apoio a candidato de sua preferência, até a quantia equivalente a um mil UFIR, não sujeitos a contabilização, ainda que reembolsados.

73. Julgue o item a seguir, com base no entendimento sumulado do Tribunal Superior Eleitoral:

A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com o cumprimento ou a extinção da pena, independentemente de reabilitação ou de prova de reparação dos danos.

74. Julgue o próximo item de acordo com o disposto na Lei n.º 9.096/1995:

Os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 4 (quatro) anos

75. Julgue o item a seguir, de acordo com a Resolução 23.659/2021 do Tribunal Superior Eleitoral.

A aquisição do gozo de direitos políticos por pessoa brasileira em Portugal acarreta a suspensão de direitos políticos e o cancelamento da inscrição eleitoral.

76. Julgue o item a seguir, de acordo com a Resolução 23.659/2021 do Tribunal Superior Eleitoral.

A pessoa brasileira nata ou naturalizada, residente no exterior, que tenha requerido alistamento ou transferência para zona eleitoral do exterior até 150 dias antes do pleito, poderá votar nas eleições para presidente e vice-presidente da República.

77. Julgue o item a seguir, com base na jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE):

A configuração de propaganda eleitoral antecipada negativa pressupõe o pedido explícito de não voto ou ato que, desqualificando pré-candidato, venha a macular sua honra ou imagem ou divulgar fato sabidamente inverídico.

78. Julgue o próximo item de acordo com o disposto no Código Eleitoral:

Compor-se-ão as juntas eleitorais de um juiz de direito, que será o presidente, e de 2 (dois) ou 4 (quatro) cidadãos de notória idoneidade.

79. Julgue o item a seguir, com base na Constituição Federal.

O Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral deverá ser eleito entre os Ministros oriundos do Superior Tribunal de Justiça.

80. Julgue o item a seguir, com base no entendimento sumulado do Tribunal Superior Eleitoral:

A execução fiscal de multa eleitoral pode atingir os sócios independentemente de preenchidos os requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil, tendo em vista a natureza tributária da dívida, observados o contraditório e a ampla defesa.

81. Julgue o próximo item de acordo com o disposto na Lei n.º 9.504/1997.

Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, a Câmara Legislativa, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais no total de até 100% (cem por cento) do número de lugares a preencher mais 1 (um).

82. Julgue o próximo item de acordo com o disposto na Lei n.º 9.504/1997.

É vedada, no período de campanha eleitoral, a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral.

83. Julgue o próximo item de acordo com o disposto na Lei n.º 9.096/1995:

O partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte.

84. Sobre as elegibilidades e inelegibilidades, julgue o item a seguir.

Contra acórdão que discute, simultaneamente, condições de elegibilidade e de inelegibilidade, é cabível o recurso ordinário.

85. Sobre as inelegibilidades, julgue o item a seguir.

A declaração de inelegibilidade do candidato à Presidência da República atingirá o candidato a Vice-Presidente.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

86. Pessoa com deficiência mental goza de plena capacidade civil, ainda que não tenha condições de expressar sua vontade.

87. O ato de disposição do corpo para depois da morte pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

88. As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades.

89. A nulidade do negócio jurídico simulado pressupõe a prova da intenção de lesar interesses alheios.

90. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

91. A fixação do preço da compra e venda não pode ser deixada a arbítrio de terceiro.

92. No contrato estimatório, o consignante pode dispor da coisa antes de sua restituição pelo consignatário.

93. O doador pode fixar prazo ao donatário para declarar se aceita ou não a liberalidade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que recusou a doação, seja esta sujeita, ou não, a encargo.

94. Nos contratos de locação, é válida a cláusula de renúncia à indenização por benfeitorias e ao direito de retenção.

95. Se o prestador de serviço for despedido sem justa causa, a outra parte será obrigada a pagar-lhe por inteiro a retribuição vencida e a que lhe tocaria de então ao termo legal do contrato.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

96. Julgue o item subsequente, considerando as disposições do Código de Processo Civil relativas à tutela provisória e aos recursos.

O capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória é impugnável na apelação

97. Julgue o item subsequente, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ):
É nula a modificação ou alternância do meio de intimação eletrônica (Portal ou Diário eletrônico) pelos Tribunais, durante a tramitação processual, sem aviso prévio, causando prejuízo às partes.

98. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre o julgamento antecipado parcial do mérito, julgue o item seguinte.

A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados em autos suplementares

99. Julgue o próximo item, referente ao saneamento e a organização do processo.

Realizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, nos prazos sucessivos de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.

100. Com referência à ação popular, julgue o item a seguir.

O prazo de contestação na ação popular é de 20 (vinte) dias. Em determinada situação, esse prazo poderá ser prorrogado por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado.

101. Julgue o item subsequente, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

É incabível ação rescisória contra decisão proferida em agravo de instrumento que determina a retificação da parte beneficiária de precatório, em virtude de sua natureza administrativa.

102. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a produção da prova testemunhal, julgue o item seguinte.

O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras.

103. Com referência à intervenção de terceiros, julgue o item a seguir.

Sendo revel ou, de qualquer outro modo, omissivo, o assistente simples será considerado seu substituto processual.

104. Julgue o item que se segue, pertinente à ordem dos processos nos tribunais.

A apelação será julgada antes do agravo de instrumento interposta no mesmo processo.

105. Julgue o item subsequente, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

Incide a preclusão consumativa sobre o montante acumulado da multa cominatória, de forma que, já tendo havido modificação, não é possível nova alteração, preservando-se as situações já consolidadas.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

106. Considerando os princípios da anterioridade e da legalidade penal, julgue o próximo item.

A irretroatividade da lei penal mais severa é um corolário do princípio da anterioridade, garantindo que ninguém seja punido por fato que, no momento de sua prática, não era considerado crime. No entanto, poderá retroagir em caso de lei penal mais benéfica, ainda que em momento posterior à condenação passada em trânsito em julgado.

107. De acordo com o princípio da insignificância, julgue o item a seguir.

O princípio da insignificância, conhecido como bagatela própria, define que, ao estabelecer os requisitos previstos na jurisprudência, o fato será considerado atípico, pois o referido princípio incidirá sobre a tipicidade material do delito.

108. De acordo com a aplicação da lei penal e dos princípios de direito penal, julgue os itens a seguir.

A *abolitio criminis* configura uma situação de lei penal posterior mais benigna, que deve atingir, inclusive, fatos definitivamente julgados, mesmo em fase de execução.

109. Em relação à aplicação da lei penal, julgue os itens a seguir.

Uma das condições da denominada extraterritorialidade condicionada é a existência de dupla tipicidade, ou seja, o fato praticado deve ser considerado crime no Brasil e no exterior.

110. Acerca do tema ação penal, expresso no Código Penal, julgue os itens a seguir.

O perdão do ofendido é admissível após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

111. À luz da aplicação da lei penal no tempo, dos princípios da anterioridade, da irretroatividade, retroatividade e ultratividade da lei penal, julgue o item a seguir. Tício foi processado pelo delito de adultério (art. 240 CP) em dezembro de 2004, sendo que a Lei n. 11.106, de 28 de março de 2005, aboliu o crime em questão. Caso Tício já tenha sido condenado antes de março de 2005, permanecerá sujeito à pena prevista na sentença condenatória.

112. No Código Penal, o maior prazo prescricional é de 40 anos.

113. Com relação aos crimes em espécie, julgue o item que se segue.

Nos crimes assimilados ao de moeda falsa, o máximo da reclusão é elevado a doze anos e multa, se o crime é cometido por funcionário que trabalha na repartição onde o dinheiro se achava recolhido, ou nela tem fácil ingresso, em razão do cargo.

114. Tendo em vista os crimes contra a Administração, julgue os itens:

Por se tratar de crime funcional, a prática de corrupção passiva pressupõe o efetivo exercício de função pública.

115. Julgue o item a seguir à luz dos crimes praticados contra a administração pública.

No crime de favorecimento real, fica isento de pena o ascendente, o descendente, o cônjuge ou irmão que preste auxílio ao criminoso.

LEGISLAÇÃO PENAL

Antônio Pequeno

Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), julgue os itens de **116** a **117**.

116. A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.

117. Entre as possíveis penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, está a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens

A Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que sofreu profundas alterações com a Lei nº 12.683/12, dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, além da prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesse mesmo diploma legal. Alguns dos bens jurídicos protegidos pelos ilícitos penais previstos na Lei são Estado, coletividade e, de maneira secundária, eventual particular prejudicado

Com base nas previsões da legislação penal supramencionada, é julgue os itens de nº **118 a 120**

118. Aquela que participa de associação em que a atividade apenas secundária é dirigida à prática de crimes previstos na Lei nº 9.613/98, ainda que tenha conhecimento dessa situação, não será responsabilizado com as penas do crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.

119. Em sendo os valores ilícitos ocultados produtos de infrações penais anteriores praticadas por terceiros, não restará configurado o crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores;

120. O crime de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores não é punível na forma tentada, ou seja, quando não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente;

Discursiva

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
- b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
